

**AO ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS
VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025

PROCESSO Nº 59506.000002/2025-17

A ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA (RECORRIDA), já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, tempestivamente, apresentar **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **HIKARI CONSTRUÇÕES LTDA (RECORRENTE)**, com base nos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos:

I. SÍNTESE DO RECURSO DA RECORRENTE

1. Em apertada síntese Recorrente insurge-se contra a classificação da Recorrida alegando, em suma, os seguintes aspectos que, em tese, deveriam conduzir à desclassificação da proposta mais vantajosa à administração, ofertada pela Recorrida:

- a) Houve uma "readequação substancial" da proposta financeira durante a fase de diligências;
- b) A alteração do valor global e as sucessivas correções na planilha feririam os princípios da vinculação ao edital e da isonomia.
- c) Houve tratamento privilegiado à Recorrida;
- d) A sua localização, no estado do Tocantins, mesmo estado onde a obra será realizada, constitui fator relevante, devendo haver a valorização das empresas locais;

2. De se notar que a Recorrente, apresenta Recurso em tom apelativo, valendo-se de argumentos que se distanciam das regras editalícias, da previsão legal e, sobretudo, da jurisprudência consolidada sobre o tema, numa tentativa – frustrada – de induzir o nobre pregoeiro ao erro.

3. Tamanha a falta de fundamentos sólidos e concretos, que a Recorrente se vale de uma Jurisprudência que em nada se assemelha ao caso concreto, na medida em que o julgado adotado como paradigma, analisou um caso em que houve o descumprimento dos requisitos afetos à qualificação técnica, conforme se extrai dos

trechos abaixo destacados, motivo pelo qual deverão ser desconsiderados como um entendimento jurisprudencial por absoluta impropriedade, vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. VINCULAÇÃO ÀS REGRAS DO EDITAL. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. ACEITAÇÃO DE OBJETO EM DESACORDO ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS. ILEGALIDADE. OFENSA À ISONOMIA. DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO ATO. REVISÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULAS 5 E 7/STJ. 1. Observo que o Tribunal local não emitiu juízo de valor sobre as questões jurídicas levantadas em torno dos 3.º, 41, 44 § 1º, 45, 49 e 59 da Lei 8666/1993; 5º Dec. 5.450/05; 1º e 10 da Lei nº 12.016/2009. O Superior Tribunal de Justiça entende ser inviável o conhecimento do Recurso Especial

(...)

sentido, transcrevo o seguinte trecho do acórdão: "O direito líquido e certo ofendido está caracterizado no fato de que a administração, confessadamente, extrapolou os limites do edital, dando interpretação ampliativa a requisito técnico e, com isso, prejudicando a justa competição entre os licitantes, ou seja, o princípio da isonomia" (fl. 980, e-STJ). Rever tal entendimento implica reexame da matéria fático-probatória, em especial do edital do pregão, o que é vedado em Recurso

4. Assim, é possível concluir desde já que a tese defendida pela Recorrente se baseia em uma interpretação distorcida dos fatos, regras editalícias, legislação aplicável e, sobretudo, da interpretação consolidada sobre a hipótese em apreço, verificável a partir de jurisprudência coerente com a matéria em discussão, conforme restará demonstrado adiante.

II. DO MÉRITO

DA NATUREZA DAS CORREÇÕES: SANEABILIDADE DE ERRO ARITMÉTICO (ITEM 29.3)

5. De plano, é fundamental esclarecer que as diligências acertadamente realizadas pelo Pregoeiro não serviram para mudar o objeto, o percentual de desconto ou a estratégia comercial da Recorrida.

6. Na verdade, o objetivo foi, exclusivamente, adequar a **Composição de Preços Unitários (CPU)** e a **Planilha Licitada de Serviços (PLS)** às regras técnicas de **truncamento e linearidade** exigidas pela Comissão.

7. Frise-se, por oportuno, que o **Item 29.3 do Edital** é peremptório ao autorizar o Pregoeiro a sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta:

29.3. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação (Pregoeiro) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8. No caso em tela, a "substância" **— que é o desconto de 11,61% — permaneceu imutável desde o lance vencedor, tendo ocorrido um mero ajuste nas casas decimais para atender ao Item 10.3 do Edital, que exige o truncamento na segunda casa decimal.**

9. Veja que o procedimento adotado pelo Pregoeiro no sentido da realização de diligências encontra-se respaldo consolidado na jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU – conforme se extrai do Acórdão 2009/2025 – Plenário (anexo) cuja essência se extrai abaixo:

“REPRESENTAÇÃO. CONCORRÊNCIA. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PASSARELAS EM CONCRETO ARMADO. DESCLASSIFICAÇÃO DE EMPRESA POR FALHAS FORMAIS SEM OFERECIMENTO DE OPORTUNIDADE PARA SANEAMENTO. ACEITAÇÃO DE PROPOSTA LIGEIRAMENTE MAIOR. CIÊNCIA AO MUNICÍPIO. DESNECESSIDADE DE ADOÇÃO DE OUTRAS MEDIDAS PROCESSUAIS. RACIONALIDADE ADMINISTRATIVA. ARQUIVAMENTO.

(...)

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. dar ciência à Prefeitura Municipal de Santana/AP, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020, **que a desclassificação sumária da proposta mais vantajosa sem oportunidade de saneamento afronta os princípios do formalismo moderado e da seleção da proposta mais vantajosa, contraria o art. 64, inciso I e § 1º, da Lei 14.133/2021, os arts. 39, § 7º, e 41 da Instrução Normativa Seges - ME 73/2022, bem como a jurisprudência deste Tribunal, a exemplo dos Acórdãos 719/2018, 641/2025 1.204/2024, todos do Plenário; e**

9.3. dar ciência desta deliberação ao representante e ao Município de Santana/AP, arquivando-se, na sequência, este processo.” (Acórdão 2009/2025, TCU, Plenário. Rel. Min. Benjamin Zymler. 03/09/2025) (Grifo nosso)

10. Dessa forma, uma vez identificado que a proposta apresentada pela Recorrida comportaria pequenas adequações sem que, disso decorresse quaisquer prejuízos à Administração ou aos demais licitantes, agiu com acerto o pregoeiro ao realizar as diligências, não havendo previsão explícita no instrumento convocatório ou em lei quanto ao limite quantitativo de tais diligências.

11. Além disso, não se vislumbra quaisquer prejuízos às demais licitantes na medida em que, sendo a Recorrida detentora da melhor propostas, as adequações realizadas reduziram ainda mais o valor ofertado à Administração, de sorte que tal circunstância em nada afetou a posição já ocupada pela Recorrida na classificação geral e, ao mesmo tempo, se apresentou ainda mais vantajosa à Administração, similar ao que ocorreria na hipótese de redução do valor proposto após negociação conforme previsto no art. 61 da Lei nº14.133/21.

DO FORMALISMO MODERADO E A BUSCA PELA MELHOR PROPOSTA

12. Além disso, não se pode olvidar que o processo licitatório não é um fim em si mesmo, mas um meio para a Administração contratar o melhor serviço pelo menor preço.

13. Dessa forma, o **Item 29.8 do Edital** estabelece que **o não atendimento a exigências formais não essenciais não deve afastar o licitante se for possível compreender a proposta.**

29.8. O não atendimento a exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que, a critério do Agente de Contratação (Pregoeiro), seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.

14. Logo, é inequívoco o respaldo do pregoeiro ao promover as diligências necessárias ao ajuste da proposta, estando tal dispositivo em plena consonância com o disposto no julgado do TCU supracitado, atendo assim à finalidade pretendida, a saber, a OBTENÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA À ADMINISTRAÇÃO.

DA REGULARIDADE DA ATUAÇÃO DA COMISSÃO

15. Além disso, embora a Recorrente tente caracterizar as diligências como um favorecimento à Recorrida, trata-se de uma tentativa desesperada de se “criar” um fundamento para a sua pretensão.



16. Isso porque, ao contrário do sustentado pela Recorrente, o Agente de Contratação goza da prerrogativa de realizar diligências para esclarecer dúvidas e sanear o processo, conforme preceitua o item 8.23.10 e subitem 8.23.10.1:

8.23.10. É facultado à comissão de licitação, em qualquer fase da licitação, promover as diligências que entender necessárias.

8.23.10.1. É facultado à comissão de licitação, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo, conforme art. 66 do Regulamento de Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.

17. Conforme já esclarecido, não houve alteração da substância da proposta, e as diligências promovidas não representam qualquer favorecimento ou tratamento diferenciado à Recorrida. Pelo Contrário. Corresponde ao zelo pelo procedimento para garantir que a futura contratação esteja amparada em planilhas tecnicamente corretas e exequíveis.

DA INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO – AJUSTE EM FAVOR DA ADMINISTRAÇÃO

18. Por fim, não se pode deixar de considerar, conforme já destacado, que o valor final da Recorrida **DIMINUIU** em benefício da Administração sem que, como consequência, houvesse qualquer impacto nas propostas das demais licitantes – incluindo a da Recorrente – que já eram superiores mesmo antes da realização das diligências, em nada lhes afetando.

19. Assim, conclui-se que a Recorrida **não tentou aumentar seu lucro ou o preço global, de modo que, ao ajustar a metodologia para o truncamento após diligências, o valor global tornou-se mais vantajoso para a CODEVASF.**

20. Não há, no ordenamento jurídico brasileiro, punição para o licitante que, ao sanear um erro formal de cálculo, acaba por oferecer um preço ainda menor à Administração Pública.

III - CONCLUSÃO E PEDIDOS

21. Logo, diante dos fundamentos apresentados, verifica-se que a tentativa da Recorrente em desclassificar a vencedora baseia-se na pretensão da aplicação de



EXCESSO DE FORMALIDADE, contrariando aos princípios básicos aplicáveis à espécie, e que busca o lucro próprio em detrimento do interesse público.

22. Não restam dúvidas que a proposta da Recorrida é a mais vantajosa e todas as diligências realizadas encontram amparo nas premissas do instrumento convocatório e encontram guarida na jurisprudência consolidada sobre o tema, conforme posicionamento consubstanciado no Acórdão citado, cuja íntegra segue em anexo para confirmação da semelhança entre o caso concreto e o julgado adotado pela Recorrida como paradigma (ao contrário daquele trazido pela Recorrente).

23. Ante o exposto, a **ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA** requer:

1. O **TOTAL INDEFERIMENTO** do recurso interposto pela Hikari Construções LTDA, ante a ausência de fundamento jurídico e técnico;
2. A manutenção da decisão que classificou a proposta da Recorrida pelas razões expostas;
3. A continuidade do certame com a consequente **ADJUDICAÇÃO** do objeto em favor da Recorrida.

Nestes Termos, Pede Deferimento.

Teófilo Otoni, 19 de dezembro de 2025

ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA
Ricardo Andrade Macedo - Sócio Administrador e Responsável Técnico
CREA/MG: 107914/D / CPF: 060.904.176-29
E-mail: ricardomacedo@construtoraalcance.com.br

Anexos:

- Acórdão 2009 de 2025 – Plenário
- Contrato Social



GRUPO I – CLASSE VII – Plenário
TC 014.369/2025-7

Natureza: Representação

Entidade: Município de Santana - AP

Representação legal: Marcos Sena da Silva (2209/OAB-AP), representando J. B. & Souza Ltda.; Gerônimo Acácio da Silva (524/OAB-AP), Danilo Augusto Oliveira dos Santos (3116/OAB-AP) e outros, representando Prefeitura Municipal de Santana - AP.

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. CONCORRÊNCIA. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PASSARELAS EM CONCRETO ARMADO. DESCLASSIFICAÇÃO DE EMPRESA POR FALHAS FORMAIS SEM OFERECIMENTO DE OPORTUNIDADE PARA SANEAMENTO. ACEITAÇÃO DE PROPOSTA LIGEIRAMENTE MAIOR. CIÊNCIA AO MUNICÍPIO. DESNECESSIDADE DE ADOÇÃO DE OUTRAS MEDIDAS PROCESSUAIS. RACIONALIDADE ADMINISTRATIVA. ARQUIVAMENTO.

RELATÓRIO

Adoto como relatório a instrução elaborada por auditor da Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (peça 24) que contou com a anuência dos dirigentes da mencionada unidade técnica (peças 25 e 26):

“Trata-se de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Concorrência Eletrônica 90005/2025, sob a responsabilidade de Prefeitura Municipal de Santana/AP, com valor estimado de R\$ 19.386.632,44, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia, para construção de passarelas em concreto armado no bairro Elesbão, na localidade de Matapi-Mirim, no Município de Santana/AP (peça 4, p. 2).

2. A Concorrência em análise é regida pela Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) e a plataforma eletrônica utilizada para a seleção do contratado foi o Portal de Compras do Governo Federal.

3. Seguem abaixo informações adicionais sobre o certame:

- a) situação: aguardando habilitação da empresa C. Pereira Cardoso Ltda., até então terceira colocada (peça 23);*
- b) a licitação em tela não envolve registro de preço;*
- c) ainda não houve assinatura do contrato decorrente da licitação;*
- d) trata-se de recursos geridos na atual gestão da unidade jurisdicionada; e*
- e) não houve pedido de impugnação do edital.*

HISTÓRICO

4. O representante alegou, em suma, a ocorrência das seguintes irregularidades (peça 1):

- a) desclassificação sumária da proposta mais vantajosa sem oportunidade de saneamento: alega-se que, apesar de ter apresentado a menor proposta, foi*



desclassificada sem fundamentação e sem ser oportunizada a correção de falhas meramente formais, contrariando o edital, a legislação e a jurisprudência do TCU.

5. *Afirmou ainda que, se não houver a suspensão, poderá ser celebrado contrato com valor superior ao necessário, o que tem potencial de causar prejuízo ao erário e violar os princípios da economicidade e do interesse público.*

6. *Na instrução inaugural destes autos (peça 13), foi proposto que a presente representação poderia ser conhecida, por estarem presentes todos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014.*

7. *Ademais, concluiu-se que havia plausibilidade jurídica na desclassificação sumária da proposta mais vantajosa apresentada pela J B & Souza Ltda., sem oportunidade de saneamento de erros formais.*

8. *Entretanto, no que diz respeito à alegação formulada pelo representante de que a decisão não estava acompanhada da devida fundamentação, salientou-se que, no Portal de Compras do Governo Federal, constava o motivo da desclassificação do licitante, e que o Parecer Técnico 76/2025 – SCL/Semad/PMS trazia toda a fundamentação para o ato, não havendo, portanto, plausibilidade jurídica quanto àquela irregularidade em específico.*

9. *Além disso, em que pese estarem configurados os pressupostos do perigo da demora e da plausibilidade jurídica em parte dos argumentos trazidos na representação, não havia elementos suficientes nos autos para a conclusão acerca do pressuposto do perigo da demora reverso, motivo pelo qual foi proposta, naquela oportunidade, a realização de oitiva prévia.*

10. *Ato contínuo, o Ministro relator concordou e autorizou a oitiva prévia da Prefeitura Municipal de Santana/AP, bem como as demais medidas acessórias, nos moldes propostos pela Unidade Técnica (UT), conforme o Despacho acostado à peça 15.*

11. *Promovida a oitiva prévia quanto às alegações do representante e demais questões levantadas por esta UT, passa-se a analisar as respostas apresentadas, tópico a tópico, conforme transcrição/contextualização a seguir.*

EXAME TÉCNICO

I. Análise dos pressupostos para adoção de medida cautelar

12. *Consoante o art. 276 do Regimento Interno/TCU, o Relator poderá, em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao Erário, ao interesse público, ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, de ofício ou mediante provocação, adotar medida cautelar, determinando a suspensão do procedimento impugnado, até que o Tribunal julgue o mérito da questão. Tal providência deverá ser adotada quando presentes os pressupostos da plausibilidade jurídica e do perigo da demora, e ausente o do perigo da demora reverso.*

I.1. Perigo da demora

13. *Está configurado o pressuposto do perigo da demora por tratar-se de contratação não decorrente de registro de preços, cujo contrato está na iminência de ser assinado.*

I.2. Perigo da demora reverso

14. *Quanto ao perigo da demora reverso, em tese estaria configurada a presença do*



pressuposto por se tratar de contratação de serviço ou bem essencial para garantir a acessibilidade e comodidade dos moradores das áreas alagadas, especialmente durante o período invernos, quando o nível da água se eleva significativamente, isolando a população local e dificultando o acesso a serviços essenciais, e não haver contrato anterior com razoável vigência (que comporte voltar a fase ou refazer o certame, a depender da consequência da concessão de cautelar no caso concreto) ou possibilidade de prorrogação, ainda que excepcional (peça 18, p. 7-8).

15. *Todavia, ante a necessidade de realização de construção participativa, com vistas ao retorno de fase, entende-se que o pressuposto deve ser atenuado, de modo a garantir a eficácia da decisão a ser adotada.*

1.3. Plausibilidade jurídica

16. *Foi encaminhado, em 16/7/2025, o Ofício 27915/2025-TCU/Seproc de oitiva prévia à UJ (peça 16), acerca dos indícios de irregularidades apontados nesta representação e para a obtenção de informações adicionais àquelas já existentes nestes autos.*

17. *Em resposta, a UJ apresentou os documentos acostados às peças 17-19. Segue a análise dos pontos questionados.*

30.2. realizar a oitiva prévia da Prefeitura Municipal de Santana/AP, com fulcro no art. 276, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal para que, no prazo de cinco dias úteis, se pronuncie, referente ao objeto Concorrência Eletrônica 90005/2025, acerca da existência dos pressupostos da medida cautelar pleiteada e acerca dos indícios de irregularidade indicados nesta instrução, em especial quanto aos seguintes tópicos:

a) desclassificação sumária da proposta mais vantajosa sem oportunidade de saneamento;

b) elementos concretos para a análise do perigo da demora e do perigo da demora reverso relativos ao certame ora em análise:

b.1) informe o estágio atual da contratação e a previsão para a realização dos próximos atos;

b.2) caso o contrato já tenha sido celebrado, informe se já foi iniciada a execução dos serviços;

b.3) informe se há decisão judicial ou administrativa, sem especificação de prazo, determinando a suspensão do andamento do certame ora em análise, encaminhando, em caso afirmativo, cópia do respectivo documento;

b.4) informe se a contratação do serviço objeto do certame ora em análise é essencial e premente para a municipalidade, indicando, em caso afirmativo, o impacto de eventual deliberação do TCU que venha a determinar a suspensão dos atos relativos à mencionada licitação, remetendo a documentação comprobatória das alegações;

c) demais informações que julgar necessárias; e

d) designação formal de interlocutor que conheça da matéria para dirimir eventuais dúvidas, informando nome, função/cargo, e-mail e telefone de contato.

Fundamento legal ou jurisprudencial: art. 64, inciso I e § 1º, da Lei 14.133/2021; arts. 39, § 7º, e 41 da IN Seges - ME 73/2022; Acórdão 719/2018-TCU-Plenário, revisor Ministro Benjamin Zymler; Acórdão 641/2025-TCU-Plenário, rel. Ministro Antonio Anastasia; Acórdão 1204/2024-TCU-Plenário, rel. Ministro Vital do Rêgo; princípios do formalismo moderado e da seleção da proposta mais vantajosa.

Manifestação da Unidade Jurisdicionada sobre o indício de irregularidade (peça 18):



18. *Afirma que, durante o certame, a empresa J B & Souza Ltda. foi desclassificada por não atender às exigências do edital em itens como planilha orçamentária, composição de preços unitários, composição do BDI e planilha de encargos sociais. Apenas o cronograma físico-financeiro foi considerado adequado.*

19. *Quanto ao arredondamento, na instrução inicial, o TCU (AudContratações) apontou uma diferença de R\$ 1.618,14, a qual a UJ considera insignificante. Contudo, considerando a indisponibilidade do interesse público e o estrito dever legal do administrador resguardar o Erário Público, tal incongruência foi apontada no Parecer Técnico 76-SCL/SEMAD/PMS, a fim de demonstrar a desconformidade da autoridade que proferiu a decisão.*

20. *Em relação aos coeficientes de produtividade, a empresa apresentou coeficientes alterados, em desacordo com os parâmetros do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), o que foi considerado uma afronta aos critérios objetivos do julgamento.*

21. *Sobre valores de mão de obra, aqueles estavam abaixo do mínimo estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), violando direitos trabalhistas e princípios constitucionais. Portanto, a apresentação de proposta com valores de mão-de-obra inferiores aos estabelecidos nas convenções não representam “erro no preenchimento da planilha”, mas sim, afronta a critérios constitucionais, trabalhistas e morais, que balizaram o julgamento da proposta.*

22. *Disse ainda que a desclassificação da empresa foi fundamentada em critérios técnicos e legais, e que o certame ainda não alcançou a fase recursal prevista em lei, mas garantiu que será oportunizado o contraditório e a ampla defesa caso a licitante deseje recorrer.*

23. *Aponta que o certame se encontra na fase de habilitação, com a análise da documentação da proposta classificada, e reforça a importância da continuidade do processo licitatório para garantir benefícios à coletividade e evitar prejuízos decorrentes de atrasos ou cancelamentos.*

24. *Nesse sentido, sustenta que eventual suspensão ou cancelamento da presente licitação pode causar danos irreparáveis à coletividade, já que a construção daquelas passarelas é essencial para garantir a acessibilidade e comodidade dos moradores das áreas alagadas, especialmente durante o período invernos, quando o nível da água se eleva significativamente, isolando a população local e dificultando o acesso a serviços essenciais.*

Análise da UT:

25. *No tocante às respostas enviadas pela UJ, é possível considerar que **não** lhe assiste razão pelos motivos abaixo expostos.*

26. *Inicialmente, cumpre realçar que, desde a primeira instrução (peça 13), essa UT não se furtou de reconhecer que a proposta da J. B. & Souza Ltda. continha falhas formais, em especial sobre: Planilha Orçamentária – item 8.5.2 do edital, alínea “c”; Composição de Preços Unitários – item 8.5.2 do edital, alínea “d”; Composição do BDI – item 8.5.2 do edital, alínea “e”, c/c item 8.5.8; Planilha de Encargos Sociais – item 8.5.9 do edital, com base no citado Parecer 76-SCL/SEMAD/PMS (peça 8, p. 3).*

27. *Todavia, **não** havia motivos para a **desclassificação** sumária da empresa que apresentou a melhor proposta, **antes de possibilitar a correção das irregularidades**, haja vista que se tratava de falhas formais, capazes de serem corrigidas em sede de **diligência**.*



28. *Não se trata de aceitar propostas com vícios ou irregularidades, mas sim de se oportunizar em sede de diligência a sua correção e reapresentação, antes da decisão pela aceitação ou não da proposta no certame.*

29. *A desclassificação sumária da proposta mais vantajosa, sem oportunizar o saneamento de falhas formais, viola os princípios do formalismo moderado e da seleção da proposta mais vantajosa, previstos no art. 64, inc. I e § 1º, da Lei 14.133/2021; nos arts. 39, § 7º, e 41 da IN Seges - ME 73/2022; e na jurisprudência do Tribunal, a exemplo dos Acórdãos 719/2018, revisor Ministro Benjamin Zymler; 641/2025, rel. Ministro Antônio Anastasia; 1204/2024, rel. Ministro Vital do Rêgo, todos do Plenário do TCU.*

30. *Nota-se, portanto, que, no caso de proposta que contenha erros formais sanáveis por meio de diligência, reputa-se irregular a sua desclassificação sem que seja empreendida esta medida saneadora.*

31. *Ressalta-se que, até o momento, 25/8/2025, a proposta da empresa C. Pereira Cardoso Ltda., de R\$ 16.090.904,90, foi aceita e aquela empresa aguarda a sua habilitação. Caso tal proposta o objeto seja adjudicado a supramencionada empresa, frente à proposta da empresa J. B. & Souza Ltda., que havia apresentado a proposta de R\$ 16.010.450,37, percebe-se que a UJ iria firmar um contrato **R\$ 80.454,53 mais oneroso**.*

32. *Contudo, se a empresa C. Pereira for inabilitada, a proposta seguinte da empresa Turismo Arquipélago Projeto e Construção Ltda. de R\$ 16.906.941,93 já se mostra em **R\$ 896.491,56 mais onerosa**, montante superior ao limite mínimo para instauração de tomada de contas especial, a que se refere o inciso I do art. 6º c/c o inciso II do art. 17, da Instrução Normativa - TCU 71/2012, situação que ensejaria a atuação desta Corte de Contas para impedir o possível dano ao Erário, ou mitigar seus efeitos.*

33. *Dessa feita, diante da imprevisibilidade do resultado da licitação, que pode incorrer na irregularidade no cotejo de outras propostas mais custosas e, por conseguinte, a UJ contratar por valores ainda mais altos, propor-se-á a realização da **construção participativa de deliberações**, a fim de que se manifestem sobre possíveis determinações futuras do TCU à Prefeitura Municipal de Santana/AP.*

34. *Além disso, considerando o risco de ineficácia da decisão que vier a ser adotada, entende-se que deve ser **adotada a medida cautelar** pleiteada.*

CONCLUSÃO

35. *Com relação aos pressupostos para a eventual adoção de medida **cautelar**, verifica-se que está configurado o perigo da demora; está configurado, em tese, o perigo da demora reverso; e há a plausibilidade jurídica em parte das alegações do representante e das verificações feitas por esta UT. Todavia, ante o risco de ineficácia da decisão que vier a ser adotada, propõe-se a **adoção da medida cautelar** pleiteada.*

36. *Quanto aos indícios de irregularidades, os elementos constantes dos autos permitem concluir que, apesar de há plausibilidade jurídica em parte das alegações trazidas pelo representante, propõe-se, neste momento processual, a **construção participativa de deliberações**.*

37. *Por fim, diante dos encaminhamentos propostos, entende-se que não haverá impacto relevante na unidade jurisdicionada e/ou na sociedade.*

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

38. *Não houve pedido de ingresso aos autos.*



- 39. *Não houve pedido de vista e/ou cópia.*
- 40. *Não houve pedido de sustentação oral.*
- 41. *Não há processos conexos e apensos.*

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

- 42. *Em virtude do exposto, propõe-se:*

42.1. ***deferir o pedido de concessão de medida cautelar, com fulcro no art. 276 do Regimento Interno/TCU, tendo em vista a existência dos elementos necessários para sua adoção, a fim de que a Prefeitura Municipal de Santana/AP suspenda o andamento da Concorrência Eletrônica 90005/2025 até que o Tribunal delibere sobre o mérito da matéria ora em apreço e, caso algum contrato já tenha sido firmado, abstenha-se de praticar qualquer ato com vistas à sua execução até a deliberação definitiva desta Corte;***

42.2. ***considerando a possibilidade de construção participativa das deliberações deste Tribunal, nos termos do art. 14 da Resolução - TCU 315/2020, bem como o previsto nas Normas de Auditoria (NAT) aprovadas pela Portaria - TCU 280/2010, referente aos comentários dos gestores (no que se aplica a representações e denúncias):***

a) solicitar à Prefeitura Municipal de Santana/AP, caso queira, no prazo de quinze dias:

a.1) a apresentação de possíveis ações corretivas que poderão ser tomadas para prevenir ou corrigir os indícios de irregularidades detectados ou remover seus efeitos:

i) desclassificação sumária da proposta mais vantajosa sem oportunidade de saneamento, em possível afronta aos seguintes princípios/normativos/jurisprudências: art. 64, inciso I e § 1º, da Lei 14.133/2021; arts. 39, § 7º, e 41 da IN Seges - ME 73/2022; Acórdãos 719/2018, 641/2025 1204/2024, todos do Plenário do TCU; princípios do formalismo moderado e da seleção da proposta mais vantajosa;

a.2) a apresentação de subsídios para a avaliação prévia da relação entre custo e benefício das possíveis proposições, conforme disposto no art. 171, inciso I, da Lei 14.133/2021;

a.3) na hipótese de serem consideradas insuficientes, pelo TCU, as alternativas apresentadas pela unidade jurisdicionada, a manifestação quanto aos possíveis impactos de determinação deste Tribunal para a anulação do ato que desclassificou a proposta da licitante J B & Souza Ltda., com o consequente retorno de fase da Concorrência Eletrônica 90005/2025;

b) alertar a Prefeitura Municipal de Santana/AP com relação à construção participativa de deliberações, de que:

b.1) a sua manifestação quanto às alternativas para corrigir os indícios de irregularidades verificados e quanto aos impactos das possíveis medidas a serem adotadas pelo TCU será avaliada na proposição de mérito, mas não vincula as decisões desta Corte de Contas, notadamente quando os riscos decorrentes de sua adoção e/ou da manutenção de situação irregular não se coadunarem com o interesse público que se pretende tutelar;

b.2) a ausência de manifestação no prazo estipulado não impedirá o andamento processual, podendo o TCU vir a prolatar decisão de mérito, caso haja elementos suficientes que caracterizem afronta às normas legais e/ou possibilidade de ocorrência de prejuízos à Administração; e

b.3) a ausência de manifestação não será considerada motivo de sanção;



42.3. *encaminhar cópia da presente instrução à Prefeitura Municipal de Santana/AP;*
e
comunicar ao representante a decisão que vier a ser prolatada.”
É o relatório.



VOTO

Trata-se de representação formulada pela empresa J. B. & Souza Ltda. a respeito de possíveis irregularidades na Concorrência Eletrônica 90.005/2025, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Santana/AP. O objeto da licitação é a contratação de uma empresa de engenharia para construir passarelas de concreto armado no bairro Elesbão, em Matapi-Mirim, com valor estimado de R\$ 19.386.632,44. A Concorrência é regida pela Lei 14.133/2021 e a fonte de custeio é o Convênio 937.338/2022, firmado entre o Ministério da Defesa e o aludido município, no âmbito do Programa Calha Norte.

2. O representante alegou que sua proposta, que era a mais vantajosa (R\$ 16.010.450,37), foi sumariamente desclassificada sem a devida fundamentação e sem a oportunidade de corrigir falhas meramente formais, o que contraria a legislação e a jurisprudência deste Tribunal. Argumentou que a não suspensão do certame poderia levar à contratação de uma proposta mais onerosa, causando prejuízo ao Erário e violando os princípios da economicidade e do interesse público.

3. As razões para a desclassificação da representante encontram-se no parecer técnico da central de licitações e envolvem, basicamente, os seguintes problemas:

a) a planilha orçamentária sintética não utiliza os valores de somatórios com a regra de arredondamento prevista na plataforma **online** do Governo Federal que centraliza e operacionaliza a gestão de transferências voluntárias de recursos da União para estados, municípios e organizações da sociedade civil (Transferegov.br);

b) na composição de preços unitários, identificou-se que os coeficientes de produtividade foram alterados em três serviços e que os valores de mão de obra de algumas categorias profissionais estavam abaixo do mínimo estabelecido pela convenção coletiva de trabalho (CCT); e

c) embora seja optante pelo Simples Nacional, a representante incluiu, na composição de encargos sociais e de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), bem como previu alíquotas tributárias em desacordo com essa condição.

4. No Despacho de peça 15, autorizei a oitiva prévia da Prefeitura Municipal de Santana/AP para que se manifestasse acerca da existência dos pressupostos da medida cautelar pleiteada e da desclassificação sumária da proposta mais vantajosa sem oportunidade de saneamento.

5. Em resposta, o ente local afirmou que a desclassificação da empresa J. B. & Souza Ltda. foi fundamentada em critérios técnicos e legais, mas ressaltou que o certame ainda não alcançou a fase recursal prevista em lei. Enfatizou que o arredondamento apontou uma diferença de R\$ 1.618,14, que os coeficientes de produtividade apresentados pela empresa estavam em desacordo com os parâmetros do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi) e que os valores de mão de obra estavam abaixo do mínimo estabelecido na CCT. Concluiu que esses problemas não representavam erro no preenchimento da planilha, mas afronta aos critérios constitucionais e trabalhistas.

6. Ao final, sustentou a importância da obra, essencial para garantir a acessibilidade e comodidade dos moradores das áreas alagadas, especialmente durante o período chuvoso.

7. Por sua vez, a Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações) reconheceu que a proposta da representante continha falhas formais. No entanto, concluiu que não havia motivo para a desclassificação sumária da proposta mais vantajosa sem a oportunidade de correção por meio de diligência.

8. Observou que a desclassificação sumária, nesses casos, viola os princípios do formalismo moderado e da seleção da proposta mais vantajosa, e propôs o deferimento de medida cautelar para



suspender o certame. Adicionalmente, recomendou nova oitiva da prefeitura municipal, visando a construção participativa das deliberações.

9. Com as vênias por divergir, entendo que o caso concreto demanda solução diversa. E antecipo que proponho, desde já, a apreciação do mérito da presente representação, por entender que a causa está madura para julgamento. Afinal, a Prefeitura Municipal de Santana/AP se manifestou sobre a irregularidade, de modo que afasto potenciais violações ao contraditório e à ampla defesa e não vislumbro a necessidade de nova manifestação do ente.

10. Examinando os fundamentos para desclassificação da representante, tenho que, à exceção da alteração dos coeficientes de produtividade nas composições de preços unitários – modificação que para mim é possível, desde que respeitados determinados limites –, os demais apontamentos consistem em erros ou falhas que não alteram a substância das propostas, ou seja, era plenamente possível a correção por simples diligência ao licitante. Por sinal, essa possibilidade estava prevista no instrumento convocatório:

“8.5.12. Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que esta seja suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

[...] 8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.”

11. Passo a tratar de cada um deles.

12. A jurisprudência deste Tribunal, a exemplo do Acórdão 328/2023-Plenário, tem o entendimento de que, na contratação de serviços sob o regime de execução indireta, é permitido à licitante apresentar proposta com produtividade diferenciada daquela estabelecida pela Administração como parâmetro, contanto que isso não represente potencial jogo de planilha ou comprometa a exequibilidade da proposta.

13. No caso concreto, não vislumbro razões para desclassificar a empresa em razão da modificação de alguns coeficientes de produtividade de três serviços (em uma planilha com mais de 110 itens), pois as composições de preços previstas no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi) são referenciais e visam balizar o poder público na elaboração orçamentária e na avaliação das propostas dos licitantes.

14. A meu ver, o licitante pode apresentar composições de preços diferentes das previstas no Sinapi, devendo o poder público avaliar se os custos dos insumos são coerentes com os preços de mercado e se os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato. O preço de mercado deve sempre servir como limitante superior, ou seja, os custos apresentados não podem ultrapassar os valores de mercado.

15. Identificada alguma impropriedade, como a previsão de valores de mão de obra de algumas categorias profissionais abaixo do mínimo estabelecido pela convenção coletiva de trabalho, deve a administração diligenciar a licitante para, se for de seu interesse, reapresentar suas planilhas eivadas do vício, contanto que não haja majoração de sua proposta.

16. Nesse sentido, a exemplo do Acórdão 719/2018-Plenário, o Tribunal tem entendido que, se o licitante apresentar composição de custo unitário contendo salário de categoria profissional inferior



ao piso estabelecido em acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, isso configura, em tese, somente erro formal, o qual não enseja a desclassificação da proposta. Nesses casos, o vício pode ser saneado com a apresentação de nova composição de custo unitário desprovida de erro, em face do princípio do formalismo moderado e da supremacia do interesse público.

17. Também configura erro formal a violação à regra de arredondamento e a inclusão, por parte da representante, de tributos/contribuições não incidentes sobre empresas optantes pelo Simples Nacional. Nesse último caso, havia regra expressa no edital tratando dessa hipótese (subitem 8.11.2., já transcrito).

18. Portanto, os vícios apontados pela prefeitura municipal não constituem motivo para a desclassificação da proposta da representante.

19. O certame contou com a participação de dezenove empresas e o desconto obtido foi da ordem de 17% em relação ao orçamento referencial da administração, circunstâncias que demonstram a competitividade da licitação.

20. No caso concreto, a proposta da segunda colocada, C. Pereira Cardoso Ltda. (R\$ 16.090.904,90), é apenas cerca de R\$ 80.454,53 superior à proposta da J. B. & Souza Ltda. (R\$ 16.010.450,37). A baixa materialidade envolvida, somada ao fato de que ainda não foi iniciada a fase recursal prevista na Lei 14.133/2021, não justifica a concessão de cautelar para suspender o certame, tampouco a realização de nova oitiva do ente local, medidas propostas pela unidade técnica.

21. Como ainda será possível à administração, após o pronunciamento deste Tribunal, revisitar a questão, inclusive por meio de eventual recurso interposto pela representante (encontrava-se pendente, em 28/8/2025, a análise da habilitação da empresa C. Pereira Cardoso Ltda.), entendo, como medida de racionalidade administrativa, que o mais adequado é apenas dar ciência da irregularidade ao município e arquivar o presente processo.

22. Afinal, a desclassificação sumária da proposta mais vantajosa, sem a oportunidade de saneamento de falhas formais, afronta os princípios do formalismo moderado e da seleção da proposta mais vantajosa, contraria o art. 64, inciso I e § 1º, da Lei 14.133/2021, os arts. 39, § 7º, e 41 da Instrução Normativa Seges - ME 73/2022 e a jurisprudência deste Tribunal, exemplificada pelos Acórdãos 719/2018-Plenário, 641/2025-Plenário e 1.204/2024-Plenário.

Forte nessas razões, voto por que o Tribunal adote a deliberação que ora submeto a este Colegiado.

TCU, Sala das Sessões, em 3 de setembro de 2025.

BENJAMIN ZYMLER
Relator



ACÓRDÃO Nº 2009/2025 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 014.369/2025-7.
2. Grupo I – Classe de Assunto: VII – Representação.
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Interessado: Município de Santana - AP (23.066.640/0001-08).
4. Entidade: Município de Santana - AP.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).
8. Representação legal: Marcos Sena da Silva (2209/OAB-AP), representando J. B. & Souza Ltda.; Gerônimo Acácio da Silva (524/OAB-AP), Danilo Augusto Oliveira dos Santos (3.116/OAB-AP) e outros, representando Prefeitura Municipal de Santana - AP.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação sobre possíveis irregularidades ocorridas na Concorrência Eletrônica 90.005/2025, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Santana/AP, para a contratação de empresa de engenharia para construção de passarelas em concreto armado no bairro Elesbão, no Município de Santana/AP,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. dar ciência à Prefeitura Municipal de Santana/AP, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020, que a desclassificação sumária da proposta mais vantajosa sem oportunidade de saneamento afronta os princípios do formalismo moderado e da seleção da proposta mais vantajosa, contraria o art. 64, inciso I e § 1º, da Lei 14.133/2021, os arts. 39, § 7º, e 41 da Instrução Normativa Seges - ME 73/2022, bem como a jurisprudência deste Tribunal, a exemplo dos Acórdãos 719/2018, 641/2025 1.204/2024, todos do Plenário; e

9.3. dar ciência desta deliberação ao representante e ao Município de Santana/AP, arquivando-se, na sequência, este processo.

10. Ata nº 35/2025 – Plenário.

11. Data da Sessão: 3/9/2025 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2009-35/25-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
VITAL DO RÊGO
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
BENJAMIN ZYMLER
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora-Geral



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/812.699-0	MAP2505916085	12/12/2025

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
059.910.176-89	BRUNO MACEDO LORENTZ
060.904.176-29	RICARDO ANDRADE MACEDO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 13269540 em 15/12/2025 da Empresa ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA, Nire 31202121548 e protocolo 258126990 - 12/12/2025. Efeitos do registro: 11/12/2025. Autenticação: B4CD7D8518E68EBF512BE2A63A4F3C81135C061. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/812.699-0 e o código de segurança GTx8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

**29ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA ALCANCE
ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ/MF nº 20.501.854/0001-69
NIRE 31202121548**

BRUNO MACEDO LORENTZ, brasileiro, casado, publicitário, portador da identidade nº MG 11.968.751, inscrito no CPF sob o nº 059.910.176-89, residente e domiciliado à Rua Carlos Leonardt, nº 180, apt. 604, bairro Ipiranga, Teófilo Otoni/MG e **RICARDO ANDRADE MACEDO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da identidade nº MG 8.067.227, inscrito no CPF sob o nº 060.904.176-29, residente e domiciliado à Rua Carlos Leonardt, nº 180, apto. 704, bairro Ipiranga, Teófilo Otoni/MG; sócios detentores da totalidade das quotas representativas do capital social da empresa ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA., sociedade empresária limitada, estabelecida na cidade de Teófilo Otoni, à rua Teodolino Pereira, nº 74, bairro Grão Pará, inscrita sob o CNPJ nº 20.501.854/0001- 69, com ato constitutivo devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 31202121548, em 28.03.1985, e com última alteração contratual também registrada na JUCEMG sob o nº 7176499, em 06/02/2019, tendo em vista deliberações de sócios realizada em 11 de dezembro, resolvem, por mútuo e comum acordo, promover a **Vigésima Nona Alteração** do contrato social da sociedade, conforme os termos e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Da abertura de filial na cidade de São Luís/MA

A empresa resolve abrir uma nova filial na cidade de São Luís, estado do Maranhão, localizada na Avenida Jerônimo de Albuquerque Maranhão, nº 110, loja 07, bairro Santa Eulália, São Luís/MA, CEP 65.074-199, destinada à Administração de Obras, CNAE 43.99-1-01.

CLÁUSULA SEGUNDA

Da alteração decorrente da criação da nova filial

Parágrafo Primeiro: Considerando-se a criação da nova filial em São Luís/MA, a Cláusula Primeira – Nome, Nome Fantasia, Sede, Filiais e Prazo de Duração, passará a possuir a seguinte redação:

- 1.1 A sociedade tem nome empresarial de “ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.”, com sede em Teófilo Otoni, à Rua Teodolino Pereira, nº 74, bairro Grão Para, CEP 39800-151, e treze filiais, sendo a primeira em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, à Rua Grão Pará, nº926, apartamento 1202, Bairro Funcionários, CEP 30.150.348, a segunda na cidade de Cuiabá, estado do Mato Grosso, Avenida José Monteiro de Figueiredo, nº 500, sala 224, bloco 1, Goiabeiras Shopping Center, bairro Duque de Caxias, CEP 78043-900, a terceira na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, localizada na Rua Gomes de Carvalho 1.666 2º andar sala 02-B Bairro Vila Olímpia, CEP 04547-006, a quarta filial localizada na cidade de Belém, estado do Pará, à Avenida Roberto Camelier, nº 558, Bairro Jurunas, CEP 66033-640, a quinta filial localizada na cidade de



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 13269540 em 15/12/2025 da Empresa ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA, Nire 31202121548 e protocolo 258126990 - 12/12/2025. Efeitos do registro: 11/12/2025. Autenticação: B4CD7D8518E68EBF512BE2A63A4F3C81135C061. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/812.699-0 e o código de segurança GTx8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, rua Cabral, nº 116, bairro Rio Branco, CEP 90420-120, a sexta filial localizada na cidade de Recife, estado de Pernambuco, Rua Dr Luiz Ribeiro Bastos, nº 51, bairro: Poço da Panela, CEP: 52060-490, a sétima filial localizada na cidade Salvador, estado da Bahia, à Avenida Tancredo Neves, nº 2227, Edifício Salvador Prime Torre Mista, Sala Coworking, Caminho das Árvores, CEP 41820-021, a oitava filial localizada na cidade de Brasília, Distrito Federal, Quadra CRS 516, Bloco B, nº 69, 1º Pavimento – Parte C056, Asa Sul, CEP 40381-525, a nona filial localizada na cidade de Vitória, Espírito Santo, na Av. Jerônimo Monteiro, nº 1000, Edifício Trade Center, salas 1501/1503, centro, CEP 29010- 004 e a décima filial localizada na Rua da Paz, nº 17, centro, Sala Coworking DT-06, na cidade de Campo Grande, estado do Mato Grosso do Sul, CEP: 79.002-190, cujo objetivo social compreende a Administração de Obras, CNAE 43.99-1-01 e Construção de Edifícios, CNAE 41.20-4-00, a décima primeira filial na cidade de Palmas, estado do Tocantins, à Quadra ACSNVE 13, Avenida LO 04, 24, Lote 05-A, Bairro Plano Diretor Norte, CEP 77006-090; a décima segunda filial na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, à Rua Doutor Gilberto Studart, nº 55, Sala 1018T-1, Bairro Cocó, CEP 60192-105 e a décima terceira filial, localizada na Avenida Jerônimo de Albuquerque Maranhão, nº 110, loja 07, bairro Santa Eulália, São Luís/MA, CEP 65.074-199, cujo objetivo social compreende a Administração de Obras, CNAE 43.99-1-01.

CLÁUSULA TERCEIRA

Da consolidação do contrato social

Ficam consolidadas as disposições do contrato social com as alterações promovidas por esta alteração contratual. As demais cláusulas permanecem inalteradas, ratificando-se todas as suas disposições.

CLÁUSULA QUARTA

Das disposições finais

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato social em tudo que implícita ou explicitamente não contrariem o presente disposto neste ato de alteração contratual.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 13269540 em 15/12/2025 da Empresa ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA, Nire 31202121548 e protocolo 258126990 - 12/12/2025. Efeitos do registro: 11/12/2025. Autenticação: B4CD7D8518E68EBF512BE2A63A4F3C81135C061. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/812.699-0 e o código de segurança GTx8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO
SOCIAL ALCANCE ENGENHARIA
E CONSTRUÇÃO LTDA CNPJ/MF
nº 20.501.854/0001-69
NIRE 31202121548**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – NOME, NOME FANTASIA, SEDE, FILIAIS
E PRAZO DE DURAÇÃO**

1.1 A sociedade tem nome empresarial de “ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.”, com sede em Teófilo Otoni, à Rua Teodolino Pereira, nº 74, bairro Grão Para, CEP 39800-151, e treze filiais, sendo a primeira em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, à Rua Grão Pará, nº926, apartamento 1202, Bairro Funcionários, CEP 30.150.348, a segunda na cidade de Cuiabá, estado do Mato Grosso, Avenida José Monteiro de Figueiredo, nº 500, sala 224, bloco 1, Goiabeiras Shopping Center, bairro Duque de Caxias, CEP 78043-900, a terceira na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, localizada na Rua Gomes de Carvalho 1.666 2º andar sala 02-B Bairro Vila Olímpia, CEP 04547-006, a quarta filial localizada na cidade de Belém, estado do Pará, à Avenida Roberto Camelier, nº 558, Bairro Jurunas, CEP 66033-640, a quinta filial localizada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, rua Cabral, nº 116, bairro Rio Branco, CEP 90420-120, a sexta filial localizada na cidade de Recife, estado de Pernambuco, Rua Dr Luiz Ribeiro Bastos, nº 51, bairro: Poço da Panela, CEP: 52060-490, a sétima filial localizada na cidade Salvador, estado da Bahia, à Avenida Tancredo Neves, nº 2227, Edifício Salvador Prime Torre Mista, Sala Coworking, Caminho das Árvores, CEP 41820-021, a oitava filial localizada na cidade de Brasília, Distrito Federal, Quadra CRS 516, Bloco B, nº 69, 1º Pavimento – Parte C056, Asa Sul, CEP 40381-525, a nona filial localizada na cidade de Vitória, Espírito Santo, na Av. Jerônimo Monteiro, nº 1000, Edifício Trade Center, salas 1501/1503, centro, CEP 29010-004 e a décima filial localizada na Rua da Paz, nº 17, centro, Sala Coworking DT-06, na cidade de Campo Grande, estado do Mato Grosso do Sul, CEP: 79.002-190, cujo objetivo social compreende a Administração de Obras, CNAE 43.99-1-01 e Construção de Edifícios, CNAE 41.20-4-00, a décima primeira filial na cidade de Palmas, estado do Tocantins, à Quadra ACSNVE 13, Avenida LO 04, 24, Lote 05-A, Bairro Plano Diretor Norte, CEP 77006-090; a décima segunda filial na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, à Rua Doutor Gilberto Studart, nº 55, Sala 1018T-1, Bairro Cocó, CEP 60192-105 e a décima terceira filial, localizada na Avenida Jerônimo de Albuquerque Maranhão, nº 110, loja 07, bairro Santa Eulália, São Luís/MA, CEP 65.074-199, cujo objetivo social compreende a Administração de Obras, CNAE 43.99-1-01.

1.2 A sociedade adotará o nome fantasia “CONSTRUTORA ALCANCE”.

1.3 A Sociedade poderá abrir filiais, a qualquer tempo, no Brasil e/ou no exterior.

1.4 A Sociedade iniciou suas atividades em 18/04/1985 e seu prazo de duração é indeterminado.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 13269540 em 15/12/2025 da Empresa ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA, Nire 31202121548 e protocolo 258126990 - 12/12/2025. Efeitos do registro: 11/12/2025. Autenticação: B4CD7D8518E68EBF512BE2A63A4F3C81135C061. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/812.699-0 e o código de segurança GTx8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO SOCIAL

2.1 A sociedade tem por objetivo a exploração da indústria da construção civil em todas as suas modalidades (SEÇÃO F – CNAE: 41.20-4-00), notadamente em obras de empreitada ou administração, compostas por:

1. CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (DIVISÃO 41), sendo atividades de incorporação de empreendimentos imobiliários; e, execução de edifícios.
2. OBRAS DE INFRAESTRUTURA (DIVISÃO 42), tais como, construção de rodovias e ferrovias; pintura para sinalização em pistas, rodovias e aeroportos; construção de obras de artes especiais; obras de urbanização - ruas, praças e calçadas; construção de barragens e represas para geração de energia elétrica; construção e manutenção de estações e redes de distribuição de energia elétrica; construção e manutenção de estações e redes de telecomunicações; construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas; obras de irrigação; construção de redes de transportes por dutos; obras portuárias, marítimas e fluviais; montagem de estruturas metálicas; obras de montagem industrial; e, construções de instalações esportivas e recreativas.
3. SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO (DIVISÃO 43), contempladas em demolição de edifícios e outras estruturas; preparação de canteiro e limpeza de terreno; perfurações e sondagens; obras de terraplanagem; serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente; instalação e manutenção elétrica; instalações hidráulicas, sanitárias e de gás; instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração; instalações de sistema de prevenção contra incêndio; instalação de painéis publicitários; instalações de equipamentos para orientação a navegação marítima, fluvial e lacustre; instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes; montagem e instalação de sistemas e equipamento de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos; tratamentos térmico, acústico ou de vibração; obras de instalações e construções não especificadas anteriormente; impermeabilização em obras de engenharia civil; instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material; obras de acabamento em gesso e estuque; serviços de pintura de edifícios em geral; aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores; obras de acabamento da construção; obras de fundações; administração de obras; montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias; obras de alvenaria; serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obra; perfuração e construção de poços de água; e, serviços especializados para construção não especificados anteriormente.

CLÁUSULA TERCEIRA – CAPITAL SOCIAL

3.1 O capital social da Sociedade é de R\$ 21.400.000,00 (vinte e um milhões, e quatrocentos mil reais), dividido em 21.400 quotas, no valor nominal de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) cada, totalmente integralizadas em moeda corrente do País, e divididas



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 13269540 em 15/12/2025 da Empresa ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA, Nire 31202121548 e protocolo 258126990 - 12/12/2025. Efeitos do registro: 11/12/2025. Autenticação: B4CD7D8518E68EBF512BE2A63A4F3C81135C061. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/812.699-0 e o código de segurança GTx8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

entre os quotistas conforme demonstra a tabela abaixo:

Quotistas	Nº de Quotas	Valor das Quotas
Bruno Macedo Lorentz	10.700,00	R\$ 10.700.000,00
Ricardo Andrade Macedo	10.700,00	R\$ 10.700.000,00
Total	21.400,00	R\$ 21.400.000,00

CLÁUSULA QUARTA – RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

4.1 A responsabilidade de cada quotista é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. Os quotistas não responderão pessoal e/ou subsidiariamente pelas obrigações da Sociedade.

CLÁUSULA QUINTA – ADMINISTRAÇÃO

5.1 A sociedade é administrada pelos 2 (dois) sócios conforme consignado no contrato social, aos quais cabe, individual ou conjuntamente a responsabilidade e a representação ativa e passiva da sociedade, em juízo ou fora dele, podendo cada um praticar todos os atos compreendidos no objeto social e sempre no interesse da sociedade, ficando vedado o uso da denominação em negócios estranhos aos fins sociais.

5.2 A sociedade pode constituir procurador com poderes específicos. As procurações outorgadas pela Sociedade deverão especificar os poderes respectivos, não podendo ter duração maior que 1 (um) ano, exceto no caso de procurações judiciais ou para representação em procedimentos administrativos.

5.3 É vedada aos sócios a prática de atos de liberalidade em favor de terceiros, tais como avais, fianças, hipotecas ou atos relacionados a quaisquer negócios estranhos ao objeto da sociedade, a menos que sejam previamente aprovados pela unanimidade do quadro social.

5.4 Em caso de renúncia ou falta de qualquer dos sócios para o exercício dos atos de Administração da sociedade, o administrador substituto deve ser designado em reunião de sócios convocada especialmente para tal fim.

5.5 Os sócios fazem jus a uma retirada mensal a título de *pro labore*, conforme prévia deliberação realizada durante a reunião de sócios e mediante aprovação da unanimidade.

5.6 Os sócios declaram, sob as penas da lei, que não estão incursos em qualquer impedimento legal para exercer a administração da sociedade.

5.7 Depende da assinatura de ambos os sócios a prática dos seguintes atos:

- a) Celebrar, renovar, modificar ou rescindir quaisquer contratos, adimplidos tempestivamente ou não, que, na data de sua assinatura, impliquem despesas e/ou investimentos superiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- b) Contratar empréstimos e financiamentos em montante superior a R\$



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 13269540 em 15/12/2025 da Empresa ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA, Nire 31202121548 e protocolo 258126990 - 12/12/2025. Efeitos do registro: 11/12/2025. Autenticação: B4CD7D8518E68EBF512BE2A63A4F3C81135C061. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/812.699-0 e o código de segurança GTx8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

200.000,00 (duzentos mil reais);

- c) Promover a liquidação, venda, transferência, alienação, hipoteca ou criação de quaisquer ônus ou encargos ao ativo permanente da sociedade;
- d) Adquirir, vender, transferir ou dispor, sob qualquer forma, de quaisquer participações da sociedade em outras sociedades, bem como promover a associação da sociedade, sob qualquer circunstância, com outras sociedades, inclusive mediante a constituição de *joint venture*, associação, grupo de sociedades, consórcio ou arranjos semelhantes com terceiros;
- e) Conceder crédito a terceiros, exceto os créditos a clientes no curso normal dos negócios da sociedade;
- f) Adotar decisões relativas à falência ou recuperação judicial da sociedade;
- g) Adotar decisão relativa à distribuição de lucros e/ou à política de investimento e re-investimento da sociedade;
- h) Criar reservas ou provisões que possam reduzir o valor dos lucros pagáveis aos sócios;
- i) Celebrar acordos, assinar escrituras ou emitir títulos ou valores mobiliários, bem como conceder quaisquer direitos a terceiros (ou qualquer modificação posterior dos mesmos) que outorguem ao titular ou beneficiário o direito de subscrever ou adquirir quotas da sociedade ou sempre que tais acordos, escrituras, títulos ou valores mobiliários ou direitos concedidos a terceiros possam reduzir o valor dos lucros pagáveis aos quotistas;
- j) Aprovar o orçamento e/ou o plano de negócios mensal e/ou anual da sociedade, bem como de qualquer desvio dos mesmos, por qualquer razão que seja;
- k) Promover o ingresso da sociedade em qualquer negócio ou atividade estranha ao seu objeto social, tal qual definido neste Contrato Social;
- l) Estabelecer a forma e o teor de resolução ou voto da sociedade em matérias que exijam a aprovação da mesma em qualquer assembléia geral ou reunião de quaisquer sociedades nas quais a sociedade participe

como sócia, acionista ou quotista. A forma e o teor de tais resoluções/votos devem ser dados por escrito, conforme aprovados pelos quotistas da sociedade;

- m) Promover a propositura ou o encerramento de qualquer ação, reclamação ou procedimento judicial ou administrativo pela sociedade cujo valor envolvido exceda R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), observado, no entanto, que o qualquer dos sócios poderá agir sem dita aprovação escrita se tal ação, reclamação ou procedimento se fizerem necessários para proteger os interesses da sociedade, no tocante a suas propriedades ou ativos, e a



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 13269540 em 15/12/2025 da Empresa ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA, Nire 31202121548 e protocolo 258126990 - 12/12/2025. Efeitos do registro: 11/12/2025. Autenticação: B4CD7D8518E68EBF512BE2A63A4F3C81135C061. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/812.699-0 e o código de segurança GTx8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

sociedade puder ser prejudicada pela demora na outorga de dita aprovação;

n) Celebrar qualquer contrato através do qual a totalidade ou parte relevante do negócio da sociedade seja vendida, transferida, onerada ou subcontratada sob qualquer forma a terceiros.

CLÁUSULA SEXTA – DELIBERAÇÕES SOCIAIS

6.1 As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, que será realizada para as seguintes matérias:

- a) Aprovação das contas;
- b) Modificação do contrato social;
- c) A incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- d) Nomeação e destituição de liquidante e julgamento de suas contas;
- e) Pedido de recuperação judicial da sociedade;
- f) Autorização para aval, fiança e outras garantias;
- g) Aumento ou redução do capital;
- h) Alienação, locação ou oneração, a qualquer título, dos bens

integrantes do ativo permanente da sociedade.

6.2 A reunião de sócios pode ser convocada a qualquer tempo por quaisquer dos sócios.

6.3 A convocação poderá ser efetuada por meio eletrônico ou mediante carta registrada com aviso de recebimento, encaminhada para o endereço constante deste contrato, com antecedência mínima de 08 (oito) dias, contendo a data, local, hora e ordem do dia, dispensada a publicação de edital de convocação.

6.4 O comparecimento da totalidade dos sócios, ou a declaração, por escrito, de ciência do local, data, hora e ordem do dia, dispensa o procedimento de convocação.

6.5 A reunião de sócios será instalada, em primeira convocação, com a presença de sócios que representem 100% (cem por cento) do capital social, e em segunda, com qualquer número.

6.6 O sócio pode ser representado na reunião de sócios por outro sócio ou por procurador, mediante outorga de mandato com a especificação dos poderes conferidos.

6.7 A reunião de sócios será presidida por qualquer dos sócios, que convocará um dos presentes para secretariar os trabalhos e lavrar a respectiva ata.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 13269540 em 15/12/2025 da Empresa ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA, Nire 31202121548 e protocolo 258126990 - 12/12/2025. Efeitos do registro: 11/12/2025. Autenticação: B4CD7D8518E68EBF512BE2A63A4F3C81135C061. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/812.699-0 e o código de segurança GTx8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

6.8 A reunião de sócios pode ocorrer por via telefônica ou videoconferência, hipótese em que deve ser reduzida a escrito a respectiva ata, e também devidamente assinada pelos sócios que dela participarem.

6.9 As matérias previstas nas alíneas “b” (a modificação do contrato social) e “c” (a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação) serão decididas por votos correspondentes a 100% (cem por cento) do capital social. Todas as demais deliberações serão tomadas por votos correspondentes a mais da metade do capital social.

6.10 A reunião de sócios será dispensada na hipótese de todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que nela seria discutida.

CLÁUSULA SÉTIMA– CESSÃO DE QUOTAS A TÍTULO ONEROSO, GRATUITO, OU POR SETENÇA JUDICIAL

7.1 As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

§ 1º Cabe ao sócio que desejar ceder suas quotas ou retirar-se da sociedade comunicar ao sócio remanescente, por escrito, com prazo mínimo de 90 (noventa) dias, garantindo a este o direito de preferência na aquisição das mesmas.

§ 2º Se o sócio remanescente não usar do direito de preferência, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, tem o sócio cedente a liberdade de transferir a sua quota a terceiro, desde que tenha a anuência do sócio remanescente.

§ 3º Não havendo a anuência do sócio remanescente em relação ao terceiro interessado na aquisição das quotas, o valor correspondente às quotas do cedente deverão ser pagos ao mesmo na forma prevista nas cláusulas 8.3, 8.4 e 8.5 deste instrumento, pela sociedade, sofrendo a mesma a correspondente redução do seu capital social.

7.2 Na hipótese da cessão/transferência das quotas se der em decorrência de divórcio e/ou separação judicial de quaisquer dos sócios, deverá ser observado o disposto no art.

1.027 do Código Civil, devendo ocorrer a liquidação das quotas transferidas ao cônjuge do sócio divorciado conforme critérios e parâmetros estabelecidos cláusulas 8.3, 8.4 e

8.5 deste instrumento em um prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

CLÁUSULA OITAVA – RETIRADA, EXCLUSÃO, FALECIMENTO, DISSOLUÇÃO OU FALÊNCIA DE QUOTISTA



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 13269540 em 15/12/2025 da Empresa ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA, Nire 31202121548 e protocolo 258126990 - 12/12/2025. Efeitos do registro: 11/12/2025. Autenticação: B4CD7D8518E68EBF512BE2A63A4F3C81135C061. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/812.699-0 e o código de segurança GTx8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

8.1 A sociedade não se dissolverá com a retirada, exclusão, falecimento, interdição ou falência de sócio. No caso de falecimento do sócio, suas quotas serão transmitidas aos respectivos sucessores.

8.2 No caso de não desejarem os sucessores do sócio falecido integrar a sociedade ou de exclusão de sócio pelos demais, na forma do art. 1.085 do Código Civil, os haveres do sócio falecido ou excluído serão apurados com base no patrimônio líquido da sociedade determinado em balanço levantado especialmente para este fim.

8.3 O balanço especial mencionado no item anterior será levantado por empresa especializada, adotando-se os critérios geralmente aceitos de avaliação patrimonial para empresas em continuidade normal de suas operações (avaliação pelo fluxo de caixa descontado, se a avaliação por esse método implicar na melhoria do valor da empresa), e a data base será o último dia do mês imediatamente anterior à data de um dos eventos previstos no subitem anterior.

8.4 O pagamento dos haveres apurados será feito em 36 (trinta e seis) parcelas iguais, mensais e sucessivas, devidamente corrigidas mensalmente pela taxa utilizada para a remuneração de débitos fiscais federais (SELIC), acrescidas de juros de 12% (doze por cento) ao ano. A primeira parcela vencerá em 120 (cento e vinte) dias a contar da data base do balanço especial.

8.5 No caso de interdição, o sócio interdito será representado na sociedade pelo respectivo curador.

8.6 No caso de retirada voluntária do sócio, na forma prevista no art. 1.029 do Código Civil, os respectivos haveres serão apurados e pagos pela forma prevista nas cláusulas 8.3,

8.4 e 8.5 e/ou em bens móveis e/ou imóveis, na mesma proporção representada por bens dessa espécie em relação ao patrimônio da sociedade.

8.7 Qualquer dos sócios poderá promover a exclusão do outro sócio por justa causa, quando entender que esta colocando em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, conforme autorizada o disposto no art.

1.085 do Código Civil. A exclusão será determinada em reunião de sócios especialmente convocada para esse fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir o seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

8.8 No caso de exclusão de sócio, os respectivos haveres serão apurados e pagos na forma do disposto nesta Seção.

CLÁUSULA NONA – EXERCÍCIO SOCIAL

9.1 O exercício social terá início em 1º de janeiro e será encerrado em 31 de dezembro de cada ano. No final de cada exercício fiscal serão elaboradas as demonstrações financeiras da Sociedade exigidas pela legislação societária e fiscal para tal exercício.

9.2 Os lucros e as perdas serão apurados em balanço anual elaborado no prazo de 60 (sessenta) dias contados do encerramento do exercício social. Os quotistas participarão das perdas sociais na proporção de suas quotas.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 13269540 em 15/12/2025 da Empresa ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA, Nire 31202121548 e protocolo 258126990 - 12/12/2025. Efeitos do registro: 11/12/2025. Autenticação: B4CD7D8518E68EBF512BE2A63A4F3C81135C061. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/812.699-0 e o código de segurança GTx8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

9.3 A Sociedade poderá, mediante deliberação da maioria dos quotistas, apurar lucros com base em balancetes mensais elaborados especialmente para tal fim e distribuí-los a qualquer tempo durante o exercício social.

CLÁUSULA DÉCIMA – DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO

10.1 Os sócios declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de ser titulares de empresa mercantil ou de exercer a administração da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1 A Sociedade será regida pelas normas relativas à Sociedade Empresária Limitada, no Código Civil Brasileiro, e de forma suplementar, pelas normas da Lei de Sociedade por Ações.

CLÁUSULA DÉCIMASEGUNDA – ARBITRAGEM

12.1 Qualquer controvérsia oriunda da interpretação e execução deste contrato que não possa ser solucionada amigavelmente pelos sócios será resolvida por meio de arbitragem, de acordo com as normas do Regulamento da Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil (CAMARB), por três árbitros. A arbitragem será realizada em Belo Horizonte, Minas Gerais e será conduzida no idioma Português.

E, estando os quotistas justos e contratados, assinam este instrumento em via única.

Teófilo Otoni, 11 de dezembro de 2025

Assinam essa alteração contratual mediante Certificado Digital os seguintes sócios:

Assinantes da Alteração Contratual	
CPF: 059.910.176-89	BRUNO MACEDO LORENTZ
CPF: 060.904.176-29	RICARDO ANDRADE MACEDO



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 13269540 em 15/12/2025 da Empresa ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA, Nire 31202121548 e protocolo 258126990 - 12/12/2025. Efeitos do registro: 11/12/2025. Autenticação: B4CD7D8518E68EBF512BE2A63A4F3C81135C061. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/812.699-0 e o código de segurança GTx8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/812.699-0	MAP2505916085	12/12/2025

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
059.910.176-89	BRUNO MACEDO LORENTZ
060.904.176-29	RICARDO ANDRADE MACEDO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 13269540 em 15/12/2025 da Empresa ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA, Nire 31202121548 e protocolo 258126990 - 12/12/2025. Efeitos do registro: 11/12/2025. Autenticação: B4CD7D8518E68EBF512BE2A63A4F3C81135C061. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/812.699-0 e o código de segurança GTx8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Relatório de Filiais Abertas

Informamos que, do processo 25/812.699-0 arquivado nesta Junta Comercial sob o número 13269540 em 15/12/2025 da empresa 3120212154-8 ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA, consta a abertura da(s) seguinte(s) filial(ais):

NIRE	CNPJ	ENDEREÇO
2190062824-1	20.501.854/0015-64	AVENIDA JERONIMO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO 110 LOJA 07 - BAIRRO SANTA EULALIA CEP 65074-199 - SÃO LUIS/MA

15 de dez. de 2025



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 13269540 em 15/12/2025 da Empresa ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA, Nire 31202121548 e protocolo 258126990 - 12/12/2025. Efeitos do registro: 11/12/2025. Autenticação: B4CD7D8518E68EBF512BE2A63A4F3C81135C061. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/812.699-0 e o código de segurança GTx8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA, de NIRE 3120212154-8 e protocolado sob o número 25/812.699-0 em 12/12/2025, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 13269540, em 15/12/2025. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Hugo Neves Rocha.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
060.904.176-29	RICARDO ANDRADE MACEDO
059.910.176-89	BRUNO MACEDO LORENTZ

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
060.904.176-29	RICARDO ANDRADE MACEDO
059.910.176-89	BRUNO MACEDO LORENTZ

Belo Horizonte. segunda-feira, 15 de dezembro de 2025



Documento assinado eletronicamente por Hugo Neves Rocha, Servidor(a) Público(a), em 15/12/2025, às 14:27 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 25/812.699-0.

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 13269540 em 15/12/2025 da Empresa ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA, Nire 31202121548 e protocolo 258126990 - 12/12/2025. Efeitos do registro: 11/12/2025. Autenticação: B4CD7D8518E68EBF512BE2A63A4F3C81135C061. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/812.699-0 e o código de segurança GTx8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

o ato foi deferido pelo decisor singular/turma e cancelado mediante certificado digital pelo(a) Secretário(a)-Geral:

Identificação do(s) Assinante(s)
Nome
MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte. segunda-feira, 15 de dezembro de 2025



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 13269540 em 15/12/2025 da Empresa ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA, Nire 31202121548 e protocolo 258126990 - 12/12/2025. Efeitos do registro: 11/12/2025. Autenticação: B4CD7D8518E68EBF512BE2A63A4F3C81135C061. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/812.699-0 e o código de segurança GTx8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.